

**32º Encontro Anual da Anpocs**

**Caxambu, MG**

**27 a 31 de outubro de 2008**

**GT: 14**

**Desigualdades: produção e reprodução**

**Título do trabalho:**

O Lado do negro no mercado de trabalho<sup>1</sup>

*por*

Luciana Garcia de Mello

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é uma releitura e atualização da monografia de conclusão de curso apresentada ao departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2002 como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Gostaria de agradecer a Profa. Dra. Cinara Rosenfield que orientou o meu trabalho durante a realização dessa monografia e, atualmente, dirige minha tese de doutorado que aborda a mesma temática.

## Resumo

O tema deste trabalho é a desigualdade racial existente no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. Tem-se como objetivo analisar a relação entre as transformações que ocorreram no mercado de trabalho entre 1993 e 2005 e o modo de participação dos trabalhadores brancos e negros nessa esfera social. Assim, utilizando-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE, e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, realizada pelo IBGE, buscou-se demonstrar a estrutura do mercado de trabalho e o modo de participação da população branca (brancos e pardos) e negra (pretos e pardos). Para tanto, foram utilizados três critérios principais: a inserção (medida pela taxa de desemprego e pelo tempo de procura por trabalho); a distribuição (identificada pela distribuição dos ocupados nos setores da atividade econômica, em grupos de ocupação e em diferentes posições, tais como empregador, empregado, conta-própria, etc.); e, o rendimento.

O trabalho está organizado em três etapas: a primeira apresenta uma discussão sobre as características do novo mercado de trabalho que começa a surgir a partir da Terceira Revolução Industrial; a segunda, demonstra a discussão em torno da questão do emprego no Brasil; a terceira refere-se a estrutura do mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre; e, por último, a quarta apresenta uma análise do impacto dessas transformações sobre os trabalhadores brancos e negros.

**Palavras-chaves: racismo, discriminação racial, desigualdade social e mercado de trabalho.**

## O Lado do negro no mercado de trabalho

Luciana Garcia de Mello<sup>2</sup>

Após o término da Segunda Grande Guerra ocorreu nos países ocidentais um período de crescimento e desenvolvimento que se estendeu até o início dos anos 70 e ficou conhecido como a “fase de ouro do sistema capitalista”. O esgotamento do padrão de produção dos Estados Unidos e a crise econômica que começa a ocorrer nessa época provocaram uma ruptura com as políticas anteriormente adotadas (na fase de ouro) que estavam voltadas para uma maior inserção social, adotando inclusive medidas que tinham por objetivo atingir o pleno emprego. Paralelamente, a esse processo de diminuição de intervenção estatal no social começa a ocorrer a Terceira Revolução Industrial que altera o modo de produção da sociedade, levando vários autores a considerar a sociedade emergente como pós-industrial.

### 1. O novo modo de produção

Segundo Castells (2002), as sociedades tendem a se tornar informacionais, ou seja, elas passarão a organizar seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, sendo fundamental nesse processo a tecnologia da informação. Ele concorda com a postura de Rifkin e de outros pós-industrialistas que afirmam que hoje a maioria dos empregos nas economias avançadas, encontra-se no setor de serviços, mas adverte que isso não significa que as indústrias estejam desaparecendo ou que a estrutura e a dinâmica da atividade industrial sejam indiferentes à saúde de uma economia de serviços. Muitos serviços dependem de sua conexão direta com a indústria e a atividade industrial (diferentemente do emprego industrial) é importantíssima para a produtividade e a competitividade da economia. Ao mesmo tempo, Castells critica o conceito de “serviço”, pois, segundo ele, em estatísticas de emprego tal conceito tem sido utilizado como um conceito residual que abarca tudo o que não é agricultura, mineração, construção, empresas de serviço público ou indústria.

Tanto Rifkin (1995), quanto Castells(2002) apontam para uma polarização do mercado de trabalho. O primeiro destaca que funções e categorias de trabalho inteiras já foram reduzidas, reestruturadas ou desapareceram e hoje há uma camada inferior, onde estão os indivíduos menos

---

<sup>2</sup> Professora substituta do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutoranda em sociologia na modalidade de co-tutela da mesma universidade e da Université de Nice Sophia-Antipolis (França).

afortunados, residentes urbanos cuja função é fornecer serviços aos trabalhadores da camada superior. Já Castells, embora admita que as tarefas rotineiras, repetitivas que podem ser pré-codificadas e programadas por máquinas tendem a desaparecer, defende a idéia de que há crescimento no emprego nos dois pólos (atividades especializadas e atividades não-qualificadas) e as disparidades originam-se menos da estrutura ocupacional que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho. Ao analisar a evolução do mercado de trabalho em sete países capitalistas avançados (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá) durante o período que se convencionou chamar pós-industrial (1970 –1990), Castells constatou que há um padrão geral de deslocamento do emprego industrial e dois caminhos diferentes em relação à atividade industrial: o primeiro significa uma rápida diminuição do emprego na indústria aliada a uma grande expansão do emprego em serviços relacionados à produção e em serviços sociais. O segundo caminho liga mais diretamente os serviços industriais e os relacionados à produção, aumenta com mais cautela o nível de emprego em serviços sociais e mantém os serviços de distribuição. No Japão e na Alemanha, por exemplo, parece ter se desenvolvido um sistema de conexão mais eficiente entre indústria, serviços relacionados à produção, serviços sociais e serviços de distribuição (transportes e comunicações).

Em relação à nova estrutura ocupacional, Castells destaca que o Japão e os Estados Unidos formam duas extremidades opostas de comparação: nos EUA há a substituição das antigas profissões pelas novas (administradores e profissionais especializados), já no Japão há o aumento das novas profissões necessárias da sociedade informacional e ocorre ao mesmo tempo a redefinição do conteúdo das profissões da era anterior (artífice/operador). O autor aponta para a tendência comum, nos países analisados, para o aumento do peso relativo das profissões mais claramente informacionais (administradores, profissionais especializados, técnicos), bem como das profissões ligadas a serviços de escritório em geral (inclusive funcionários administrativos e de vendas).

Assim, o que caracterizaria a sociedade informacional, segundo Castells (2002), são os seguintes fatores: eliminação gradual do emprego rural; declínio estável do emprego industrial tradicional; aumento dos serviços relacionados à produção e dos serviços sociais; crescente diversificação das atividades no setor de serviços; rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos; a formação de um proletariado de escritório (funcionários administrativos e de vendas); relativa estabilidade de uma parcela substancial do emprego no comércio varejista; crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional; valorização relativa da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com uma crescente participação das profissões que requerem qualificações mais especializadas e nível avançado de instrução em proporção maior que o

aumento das categorias inferiores. O autor destaca ainda que é possível identificar dois modelos: o modelo de economia de serviços (Estados Unidos, Reino Unido e Canadá) que caracteriza-se por uma rápida eliminação do emprego industrial após anos 1970, e pela aceleração do informacionalismo; e, o modelo de produção industrial (principalmente Japão, mas também a Alemanha) que reduz o emprego industrial, mas ainda o mantém em nível relativamente alto em um movimento mais gradual que permite a reestruturação das atividades industriais no novo paradigma.

O resultado específico da interação entre a tecnologia da informação e o emprego depende amplamente de fatores macroeconômicos, estratégias econômicas e contextos sócio-políticos. A tecnologia da informação em si não causa desemprego, conforme Castells (2002), mas sob o paradigma informacional os tipos de emprego mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado. O emprego “normal” (jornada de 35 – 40 horas; compromisso com permanência futura; contrato entre patrão e empregado com direitos bem definidos; níveis padronizados de salário; plano de carreira; etc.) está em declínio no mundo inteiro, favorecendo a flexibilidade: ao invés de estabilidade o trabalho é regido por tarefas, trabalho fora da empresa, sub-contratação. A tendência geral é tornar o mercado de trabalho cada vez mais flexível, e isso deve ser entendido em todos os sentidos, ou seja, a flexibilidade atinge a produção, os contratos, os salários e tudo o mais que está relacionado a essa esfera social.

Mattoso (1994) também defende a idéia de que como consequência da Terceira Revolução Industrial emergem dois tipos de trabalhadores. Há um novo trabalhador que é mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores especializados, parcelizados, desqualificados da produção fordista) e até mesmo portadores de uma revalorização da ética e da utopia do trabalho. Estes mesmos trabalhadores poderiam manter a garantia de emprego ou até mesmo elevar os seus salários, ampliar a negociação coletiva no âmbito da empresa, assegurar seu novo caráter polivalente. Em certa medida essa realidade se apresenta na “terceira” Itália, na Suécia ou nas principais empresas do Japão: força de trabalho de alto nível de formação, garantias de emprego e estabilidade em alguns casos, pouca rigidez na definição dos postos de trabalho, etc. Todavia, em contrapartida, surge uma crescente massa de trabalhadores que perde seus antigos direitos e, não se inserindo de forma competitiva, tornam-se desempregados, marginalizados ou trabalham sob “novas” formas de trabalho e de qualificação, em relações muitas vezes “precárias” e não-padronizadas. Acentua-se a fragmentação e a heterogeneidade do mundo do trabalho, rompendo com as diferentes formas de defesas ou segurança do trabalho geradas no pós-guerra.

Há uma crescente ampliação da insegurança do trabalho, conforme Mattoso (1994; 1995). Tal insegurança do trabalho ocorreria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho

(insegurança em pertencer ou não ao mercado de trabalho, consequência da sobre-oferta de trabalhadores e aumento das desigualdades frente ao emprego – informatização, automação e robotização, flexibilização e terceirização da produção, etc.); insegurança no emprego (facilidades patronais em despedir e utilizar trabalhadores eventuais – maior subcontratação de trabalhadores temporários e eventuais); insegurança na renda (rendimentos do trabalho tornaram-se variáveis, instáveis ou sem garantia e, por outro lado, ampliaram-se os níveis de concentração de renda, com o crescimento da desigualdade e da pobreza); insegurança na contratação (enfraquecimento da negociação coletiva, explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho, formas mais individualistas de negociação e regulação); e, insegurança na representação do trabalho.

## 2. O Emprego no Brasil

O Brasil jamais teve uma política voltada para o problema do emprego, mas, segundo Pochmann (1999), entre os anos 30 e 70, tivemos a estruturação do mercado de trabalho com a implantação das leis trabalhistas (CLT) e a institucionalização de órgãos reguladores do trabalho. Ampliou-se o emprego assalariado e regular com registro; criaram-se postos de trabalho nos setores mais organizados tanto público, quanto privado; houve a diminuição das ocupações no campo. Nos anos 80, criou-se ainda um programa de substituição das importações, apoiado no capital estrangeiro, que apesar de ter aumentado a dívida externa, fortaleceu o mercado interno e a indústria brasileira. Nos anos 90, esse panorama começa a mudar devido a duas causas principais: reorientação do modelo de desenvolvimento, passando de uma industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva e a estabilidade da moeda com a implantação do Plano Real. Houve uma segmentação do mercado de trabalho: de um lado, surgem ocupações que exigem alta qualificação e oferecem excelente remuneração e de outro uma série de ocupações vulneráveis e precárias.

Segundo Mattoso (2000), a economia brasileira cresceu entre 1984-86 e se manteve estável entre 1987-89, impedindo que o índice de desemprego se tornasse muito elevado. Se após a Segunda Guerra Mundial o país pode gerar uma grande quantidade de empregos formais, incorporando ao mercado de trabalho uma parcela significativa da população, no início da década de 90 este panorama começa a mudar. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98) há o crescimento do trabalho temporário, sem renda fixa, em tempo parcial e sobretudo o aumento do emprego informal. Ao mesmo tempo em que ocorre um processo de retração das atividades produtivas. O Brasil teve uma forte redução na sua capacidade de gerar empregos formais. A indústria de transformação e a construção civil foram os setores mais atingidos pelo desemprego.

Soma-se a isso a retração no emprego público, após os processos de privatização e a restrição da ação sindical. Cada vez mais as empresas tendem a exercer de forma autoritária e unilateral o seu acrescido poder junto aos trabalhadores. Ainda segundo Mattoso (2000), o governo de FHC deu continuidade a uma política iniciada no governo de Collor: integrou o país a economia mundial de forma rápida, mas sem nenhuma proteção; abriu mão de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacional; passou a ver qualquer política de defesa da produção e do emprego nacional como “corporativistas” ou “inflacionistas”; e, baseou a estabilização monetária na sobrevalorização da moeda nacional e nos juros elevados.

Pochmann (2001), ainda destaca outros fatores que se mostram desfavoráveis ao emprego: menor diferenciação possível entre mercado interno e externo; modernização de grandes empresas com fortes ligações no comércio internacional; crescente dependência econômica e financeira do exterior; e, a passagem do Estado empreendedor para o estágio de regulador e focalizador das ações sociais. A abertura comercial no Brasil caracterizou-se pela eliminação das barreiras não-tarifárias, abolição das restrições à importação de determinados bens e pela rápida redução das tarifas. Ainda tivemos uma abertura financeira que ampliou a mobilidade dos fluxos de capitais. Para Mattoso (2000), não são as inovações tecnológicas resultantes do processo de globalização que causam o desemprego, mas sim a forma equivocada que o Brasil ingressou na economia mundial.

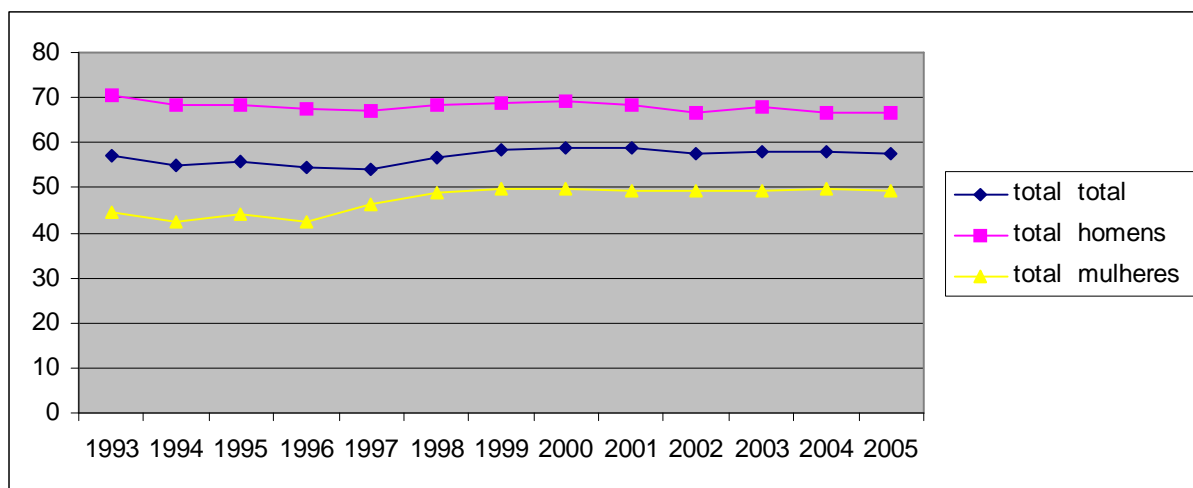
Segundo Amadeo (1999), o baixo crescimento da economia é uma explicação bastante simplista para explicar o crescente desemprego. Sem dúvida o fim do modelo de substituição de importações e o início do processo de abertura comercial transformaram a estrutura produtiva, mas não são causas suficientes para o desemprego e nem tampouco apontam para a precarização do mercado de trabalho. O emprego, segundo o autor, cresceu menos no período recente (referindo-se a década de 90) porque a produtividade do trabalho vêm crescendo mais rápido do que o PIB e que a economia nacional. Ele acentua ainda que as mudanças tendem a valorizar mais os trabalhadores que possuem maior qualificação, havendo inclusive aumento dos salários a longo prazo. E, prossegue Amadeo, a educação possui também uma importância fundamental, pois através dela o impacto que a adoção de novas tecnologias tem causado ao mercado de trabalho poderia ser diminuído, pois nem todos os grupos sociais sofrem igualmente com o desemprego.

### 3. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

A taxa de participação da população economicamente ativa da região metropolitana de Porto Alegre durante o período analisado (1993 a 2005) sempre esteve acima dos 50%. Houve pouca

variação da taxa total no período observado como se pode observar no gráfico 1. A taxa de participação dos homens que ficava em torno de 70% em 1993, reduziu-se para 66,4% em 2005. No caso das mulheres, a situação se inverte, ou seja, a taxa que era em 1993 de 44,5% chega a 49,3% representando um acréscimo de 11%.

Gráfico 1 – Taxa de participação, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1993 –2005



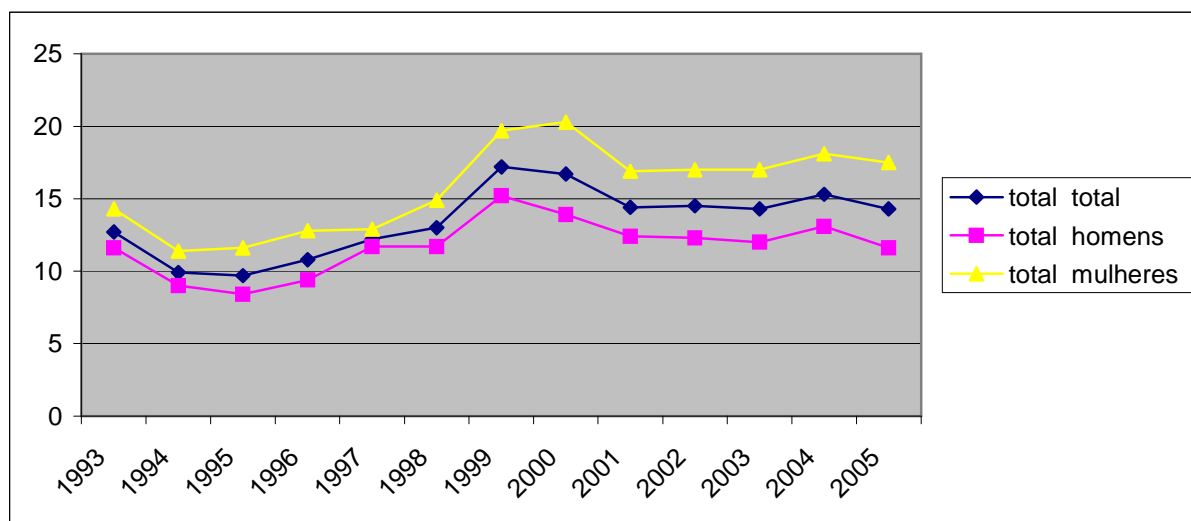
Fonte: PED/RMPA – Convênio FEE/FGTAS-SINE-RS/SEADE/DIEESE.

Pode-se observar que foi a partir de 1998 que começou a aumentar a taxa de participação das mulheres e, no mesmo período, decresce a taxa dos homens.

Em relação ao desemprego, houve um aumento de aproximadamente 12%. A taxa de desemprego dos homens, apesar de apresentar “picos” em 1999, 2000 e 2004 (15,2%, 13,9% e 13,1 %, respectivamente), manteve-se estável, ou seja, não houve variação como é possível verificar no gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de desemprego, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre 19963 – 2005





Fonte: PED/RMPA – CONVÊNIO FEE/FGTAS – SINE-RS/SEADE/DIEESE.  
 Nota: As taxas têm como referência o mês de janeiro de cada ano considerado.

O desemprego atinge majoritariamente as mulheres. No período analisado há um aumento de 22% que reflete a evolução de uma taxa que era de 14,3% em 1993 e atinge 17,5% em 2005. Deve-se destacar que desde 1999 a taxa de desemprego das mulheres é superior a 15% e nos anos de 1999 e 2000 chegou a 20%. Comparando-se a taxa de participação com a taxa de desemprego, pode-se afirmar que apesar da mulher estar conquistando mais espaço no mercado de trabalho, ela é mais vulnerável que os homens.

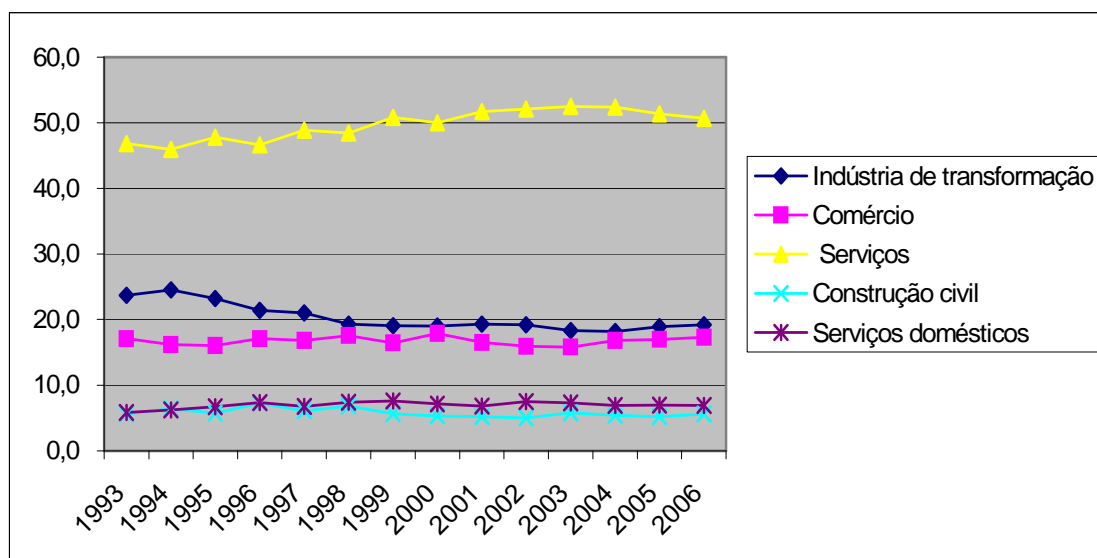
A estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana está mudando. Um dos elementos que nos permite diagnosticar essa transformação é o nível de emprego nos setores de atividade econômica. Entre 1993 e 1998 a indústria acumulou uma perda de 48 mil empregos. A partir de 1999 o emprego industrial começa a se recuperar devido à expansão do nível ocupacional no setor calçadista e na indústria mecânica, contudo não alcança o nível ocupacional do início da década. Outro setor que tende a uma estagnação é o da construção civil. Nele, o nível de emprego, apesar de mostrar uma relativa estabilidade, o crescimento de ofertas de trabalho ocorre no ramo de reformas e reparação de edificações. Em 1993 essas atividades correspondiam a 26,7% dos trabalhos nesse setor, já em 2000 o percentual atinge 56%. No setor de comércio, evidenciou-se uma tendência de aumento de vagas desde 1997, sendo que em 2003, esse foi o setor que mais gerou emprego, ultrapassando inclusive o setor de serviços.

O mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre segue a tendência mundial: o setor de serviços destacou-se apresentando evolução constante ao longo do período, sendo que os principais ramos foram os serviços especializados, os serviços auxiliares e de reparação e limpeza, serviços de saúde e serviços comunitários e serviços de educação. Logo, pode-se constatar que aqui

esse setor também contribuiu significativamente para uma polarização do mercado de trabalho, dividindo a mão-de-obra entre qualificados e não-qualificados. E, por último, o serviço doméstico apresentou crescimento entre 1993 e 2000, mas entre 2001 e 2004 houve retração e em 2005 mostrou-se estável.

Comparando-se os diversos ramos da atividade econômica, pode-se constatar que entre 1993 e 2005 houve aumento no nível ocupacional nos principais setores: o índice de ocupação da construção civil aumentou em 9,5%; o índice de ocupação do comércio aumentou em 36,7%; o índice de ocupação no setor de serviços aumentou 39,2%; e, nos serviços domésticos houve aumento de 39,3%. Por outro lado, no período analisado, a indústria apresentou redução de 0,9% no índice de ocupação<sup>3</sup>. Conseqüentemente, está ocorrendo uma diminuição na proporção de ocupados no setor industrial e aumento em outros setores, sobretudo no de serviços, como se pode constatar analisando o gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos ocupados, por setor de atividade econômica, na RMPA – 1993 – 2005



Fonte: PED – RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE – RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

A indústria de transformação, conforme demonstrado no gráfico 3, apresentou uma redução de 19% na proporção de ocupados, a construção civil praticamente não apresentou variação e os demais setores aumentaram a proporção de ocupados, principalmente o setor de serviços com 8,2% e os serviços domésticos com 17,4%. A maior proporção de ocupados está no setor de serviços, em primeiro lugar, seguido pela indústria de transformação.

<sup>3</sup> Os dados têm como base a média de 2000 = 100.

Fonte: PED – RMPA. Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Em relação à posição ocupada pelos trabalhadores no mercado de trabalho, pode-se afirmar que a maior parte da população é assalariada. O nível de assalariamento (sem incluir empregados domésticos) apresentou aumento de 26,6% no período observado<sup>4</sup>. Contudo, o assalariamento no setor público permaneceu praticamente inalterado 1,06%, já no setor privado houve aumento de 34%. O maior incremento no nível de assalariamento ocorreu entre os assalariados do setor privado sem carteira assinada, 69,2%, contra um aumento de 28,5% do nível com carteira assinada. Em relação ao trabalhador autônomo e ao trabalhador doméstico sem carteira, houve crescimento constante entre 1995 e 2000. No ano seguinte, começa a ocorrer uma melhoria no mercado de trabalho que pode ser constatada pela diminuição dos empregados domésticos e dos assalariados sem carteira de trabalho assinada e pela expansão do emprego assalariado formalizado, ou seja, com carteira. A partir de 2003, a tendência não é única: há redução das ocupações assalariadas sem carteira assinada e com carteira assinada (ainda que em menor escala); aumenta o número de autônomos. Em 2004, há novamente sinais de melhora, ou seja, maior formalização e, em 2005, permanece a expansão do emprego assalariado com carteira assinada no setor privado, mas o percentual de autônomos volta a aumentar.

A distribuição dos ocupados segundo grupos de ocupação demonstra que há uma concentração majoritária no grupo de execução, ou seja, a maior parte dos ocupados está diretamente ligada às atividades fim das atividades econômicas. É notório que o percentual de ocupados qualificados não ultrapassa 10% dos trabalhadores desse grupo. A grande maioria é semi-qualificado (realiza tarefas repetitivas) ou não-qualificado (trabalhador braçal). O grupo de apoio é o segundo a concentrar mais trabalhadores, principalmente nas atividades não-operacionais (tarefas administrativas em geral, comercialização, manutenção, etc.) e nos serviços gerais (limpeza, portaria e segurança). No topo da tabela estão os empresários, diretores, gerentes, analistas, profissionais de nível superior, entre outros, reunidos no grupo de direção e planejamento que incorpora um número limitado de trabalhadores.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo grupos de ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre, 1993 – 2005

<b>Grupos de ocupação</b>	<b>1993</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Direção e planejamento</b>	14	15,1	15	15,4	15,1	14,5	15,4	15,1	17,3	17,8	17,4
<b>Empresários</b>	4,2	4,6	4,2	5,4	4,8	4,8	5,1	5,7	6,8	7,1	7,2

<sup>4</sup> Os dados têm como base a média de 2000 = 100.

Fonte: PED – RMPA. Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Direção e gerência	4	4,2	4,3	3,7	3,4	3	3,5	2,9	3,2	3,3	3,2
Planejamento e organização	5,8	6,3	6,5	6,3	6,9	6,7	6,8	6,5	7,3	7,4	7,0
<b>Execução</b>	57,1	53,7	54,5	54	53,9	54,3	54,4	54,4	53,5	52	53
Qualificados	9,1	9,7	10,4	9,4	9,1	9,1	9,3	11,1	11,2	10,6	11,0
Semiquualificados	33,2	30,7	32,3	31,9	31,3	31,5	32,1	33,3	32,4	32,6	32,6
Não-qualificados	14,8	13,3	11,8	12,7	13,5	13,7	13	10	9,9	8,8	9,4
<b>Apoio</b>	17,5	18,7	17,4	17,3	17,7	18	18,2	19,1	18,7	20,2	19,5
Não-operacionais	6,3	6,8	6,8	6,6	7,4	6,7	7,7	6,4	6,1	5,9	6,0
Serviços de escritório	5,4	5,8	5	4,7	4,5	4,8	4,7	6	6,5	7,7	6,9
Serviços gerais	5,8	6,1	5,6	6	5,8	6,5	5,8	6,7	6,1	6,6	6,6
<b>Ocupações mal definidas(1)</b>	11,3	12,5	13,1	13,3	13,2	13,1	12	11,3	10,5	9,9	10,0
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993 a 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/09/2008.

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

Elaboração do autor: procurou-se adaptar as definições àquelas adotadas na PED-DIEESE.

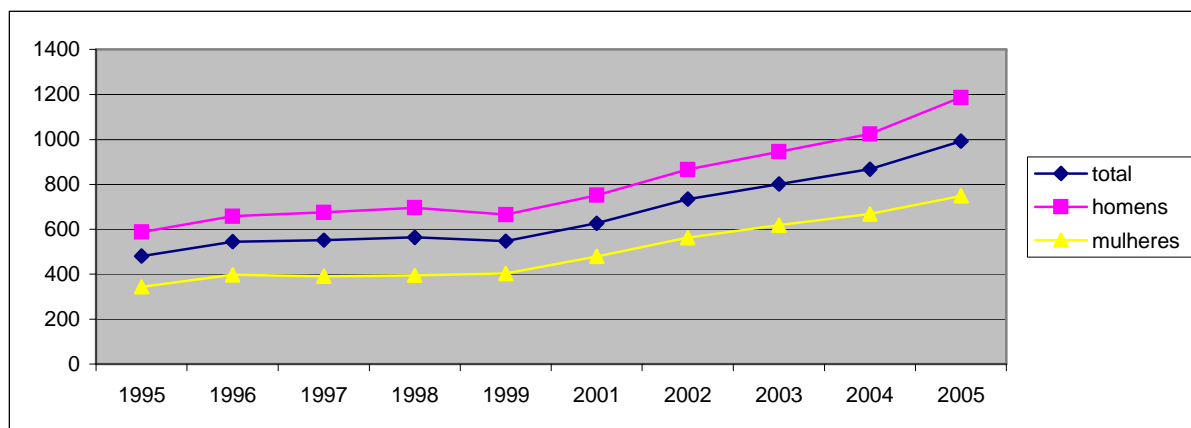
(1) Inclui trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes, conta-própria com atividades voltadas para o público, entre outros.

Entre 1995 e 2002 o grupo de direção e planejamento manteve-se estável, ocorrendo pouca variação. A partir de 2003 a participação nesse grupo se intensifica sobretudo pelo aumento dos empresários e dos trabalhadores envolvidos no planejamento e organização. Por outro lado, os ocupados em direção e gerência que já representavam um universo bastante pequeno no início da década, apenas 4%, apresentou variação negativa de 20%. Houve diminuição na proporção de ocupados no grupo de execução que pode ser explicada pela diminuição dos não-qualificados, mas há variações internas: entre os qualificados ocorreu variação positiva de 20%; entre os semi-qualificados quase não houve alteração; e, levando-se em conta os não-qualificados a redução foi de 36%. É importante destacar que houve uma diminuição expressiva dos não-qualificados entre 1993 e 1996 (-14%), entre 1997 e 2001 a proporção manteve-se estável, voltando a apresentar tendência de redução a partir de 2002. Em 2005 novamente há elevação. No grupo de apoio são os serviços de escritório e os serviços gerais que contribuem para um aumento na proporção de ocupados ao longo da década. No entanto, tanto um quanto outro tendem a ocupar um percentual limitado de trabalhadores. E, nas atividades mal-definidas, que inclui os vendedores ambulantes, autônomos, conta-própria com atividades voltadas para o público (e não para as empresas), biscateiros, entre outros, houve redução de 11% no período.

Entre 1995 e 2005 o rendimento médio dos ocupados teve crescimento contínuo, exceto no ano de 1999 quando houve uma ligeira redução (-3%) quando comparada à média do ano anterior. Deve-se destacar que a partir de 1999 a renda passou a ter maiores incrementos, sendo que em 2005

houve um aumento de 14% em relação ao ano anterior, representando o melhor desempenho do período como podemos observar no gráfico 4.

Gráfico 4 – Evolução do rendimento médio dos ocupados, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1995 – 2005



Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1994 a 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/09/2008.

Nota: (1) Não foi considerado o ano de 1993 devido à diferença na moeda adotada.

(2) A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

Elaboração do autor.

Analisando-se as diferenças por gêneros, constatamos que as mulheres tiveram uma elevação ligeiramente maior que os homens em seu rendimento médio, sendo que a renda delas aumentou 117% e a deles 102%. Todavia a diferença entre o rendimento desses dois grupos que era de R\$242,73 em 1995, no ano de 2005 ficou em R\$437,30, demonstrando um aumento na desigualdade por gênero. Em relação aos grupos de ocupação, foram aqueles que estavam nas atividades mal-definidas que tiveram um maior incremento (123%). O mesmo pode ser dito partindo da análise dos ocupados segundo a escolaridade, foram as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de instrução que tiveram maior aumento (97%).

O breve quadro apresentado até aqui demonstra a dificuldade de se captar a complexidade das mudanças que ocorrem no mercado de trabalho. Não é possível traçar uma direção unívoca, há momentos de melhora e outros de retrocesso. Toni (2007) construiu um índice de precarização (inserção ocupacional, desemprego e rendimento do trabalho) para verificar a evolução da precarização no mercado de trabalho da RMPA entre 1993 e 2006. Nem todas as dimensões se desenvolvem na mesma direção. A autora divide a análise em três períodos: entre 1993 e 1995, onde houve pequena melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho; 1995 e 1999 deterioração das condições de inserção, influenciado pelo ambiente econômico desfavorável

(abertura comercial, manutenção da sobrevalorização cambial, processos de privatização, aprofundamento da reestruturação produtiva no setor privado). Entre 1999 e 2006 – voltam a ser mais favoráveis as condições de inserção no mercado de trabalho. Houve nítida melhora no indicador síntese, revertendo, em certa medida, a deterioração havida no período precedente. Contudo, analisando-se o período total (1993 –2006), constata-se que houve aumento da precarização. Tanto o desemprego, quanto a inserção ocupacional entre 1993 e 1999 foram fatores preponderantes para a progressiva precarização. A partir do ano 2000 esses mesmos indicadores (desemprego e inserção) contribuíram para que o índice tivesse uma evolução mais positiva. Todavia, a melhora observada nesse último período não foi suficiente para contrabalançar a deterioração ocorrida no decorrer dos anos 90. O período que vai de 1995 a 1999 mostrou-se extremamente desvantajoso para o trabalhador da região metropolitana de Porto alegre.

#### 4. A análise das desigualdades entre negros e brancos

A primeira constatação, que não pode ser considerada uma peculiaridade do período analisado, é que a taxa de desemprego total dos negros manteve-se acima da taxa de desemprego dos brancos, a taxa das mulheres negras superou a das mulheres brancas e a dos homens negros àquela dos homens brancos. Com exceção do ano de 1995, a taxa de desemprego total dos negros superou a dos brancos em aproximadamente 5 pontos percentuais (1993, 1994 e 1996 a 1998) e a partir de 1999 a diferença tornou-se ainda maior, atingindo uma média de 8,3 pontos percentuais. As diferenças começaram a se acentuar a partir de 1999 quando a taxa de desemprego total passou por uma considerável elevação. Porém, é importante salientar que houve uma tendência de recuo no desemprego total a partir de 2000, mas as desigualdades de oportunidades de inserção se mantiveram<sup>5</sup>. Logo, admitimos a possibilidade de haver outro fator explicativo: o considerável aumento da participação das mulheres brancas no mercado de trabalho que começa a ocorrer no mesmo período. A taxa de participação desse grupo que era de 44% em 1993, passa para 48% em 1999. Aliás, deve-se destacar que apesar do índice de desemprego ter sido mais alto para os negros durante toda a década, até 1998 seu tempo médio de procura por trabalho era inferior ao do trabalhador branco, situação que começou a mudar a partir de 1999, quando o tempo dos negros tornou-se maior ou igual ao dos brancos.

---

<sup>5</sup> Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE.

Analisando-se a concorrência por gênero, percebe-se que as mulheres negras estão em situação pior que os homens negros, pois o aumento na diferença da taxa de desemprego entre brancas e negras foi de 69%, já a dos homens foi de 16%. Assim, a distância entre a taxa das mulheres que ficava em 3,9 pontos percentuais em 1993, atingiu 6,6, em 2005. Quanto aos homens, a distância passou de 6,2 para 7,2<sup>6</sup>. O ingresso no mercado de trabalho segue uma preferência “clara”: primeiro entram os homens brancos, em seguida vêm as mulheres brancas e, após, entram os homens negros e, por último as mulheres negras.

A análise da estrutura ocupacional contribui para a compreensão das desigualdades raciais, pois permite a verificação da distribuição dos ocupados<sup>7</sup>. A diminuição do emprego industrial que ocorreu entre 1993 e 1998 provocou uma expressiva redução na participação das mulheres tanto brancas (-33%), quanto negras (-39%). Os homens também foram atingidos, mas em menor percentual, caindo em 25% a proporção de negros e 17% a dos brancos. Assim, entre 1993 e 1998 os negros foram os que mais perderam emprego na indústria. Entre 1999 e 2005, a proporção de homens negros na indústria praticamente não se alterou, a dos brancos aumentou (12%), a das mulheres negras aumentou em 37% e as mulheres brancas em 28%. Logo, pode-se concluir que os homens negros não conseguiram reduzir as perdas do período de crise.

A diminuição do emprego na indústria movimentou os trabalhadores para outros setores da atividade econômica, sobretudo para o setor de serviços. Entre 1993 e 1998, os homens negros aumentaram sua inserção (maior proporção de ocupados) na construção (9%), no comércio (11%) e no serviço doméstico (de menos de 1% para 1,7%), já as mulheres negras, no comércio (49%) e no serviço doméstico (7%). Quanto aos brancos, os homens aumentaram sua participação na construção (6,5%) e no setor de serviços, destacando-se o ramo de prestação de serviços especializados<sup>8</sup>, onde a proporção aumentou em 40%. As mulheres brancas, por sua vez, deslocaram-se para o comércio (13%), ligeiramente para o serviço doméstico (4,5%) e para o setor de serviços, principalmente, nos serviços de educação, saúde e serviços sociais (16%) e na prestação de serviços especializados (64%). Se considerarmos o período como um todo (1993 a 2005), notaremos que os homens negros deslocaram-se para os serviços de transporte, armazenagem e comunicação, administração e

---

<sup>6</sup> Refere-se ao período de julho de 2005 a agosto de 2006.

<sup>7</sup> Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993 a 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/09/2008.

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000. Elaboração do autor: procurou-se adaptar as definições àquelas adotadas na PED-DIEESE.

<sup>8</sup> Subdivisão do setor de serviços que inclui profissionais liberais especializados (com nível superior, por exemplo, arquitetos, advogados, economistas, contadores, publicitários, etc.) que prestam serviços principalmente às empresas.

utilidade pública, prestação de serviços a particulares, havendo uma evolução de 58% na proporção de trabalhadores nesse ramo. A proporção de homens brancos no setor de serviços não se elevou de forma tão expressiva (13%) e a sua inserção nesse setor é bastante diversificada. As mulheres negras aumentaram a proporção em dois ramos do setor de serviço principalmente: nos serviços de educação, saúde e serviços sociais (15%), e na prestação de serviços especializados (35%). As mulheres brancas foram para o comércio (26%) e na mesma proporção que as negras para os serviços especializados. No serviço doméstico, onde predominam as mulheres, percebe-se que tanto negras quanto brancas reduziram sua participação, as primeiras em 23% e as segundas em 14%. Assim, constata-se que apesar da proporção de negras ser superior a de brancas, são as negras que estão perdendo mais vagas neste setor.

Em relação à posição na ocupação, percebe-se que atualmente (2005) a proporção de negros e de brancos na posição de assalariado do setor privado é praticamente a mesma, já no setor público há mais negros. Na condição de conta-própria também não há diferenças expressivas (18% dos negros contra 19,5% dos brancos), contudo, quando se observa a posição de empregador é que se constata a maior disparidade. O percentual de brancos é mais que o triplo que o percentual de negros, apesar de ter crescido a participação dos negros como empregador em 52%. Reduziu-se a desigualdade, pois em 1993 havia quatro vezes mais. Porém, se fizermos o recorte por gênero, veremos que as mulheres negras aumentaram sua proporção bem menos (28%) e a diferença que existia na proporção entre elas e a das mulheres brancas que era quase três vezes maior, agora é quatro vezes maior. A variação na proporção dos empregados sem carteira foi maior entre os trabalhadores brancos, tendo em vista que houve um aumento de 38%, contra 7% dos negros. Essa variação fez com que na atualidade a proporção dos empregados sem carteira brancos e negros seja praticamente idêntica. Contudo, se analisarmos somente as mulheres veremos que a proporção das sem carteiras aumentou 43%. No serviço doméstico, por exemplo, tanto para as mulheres brancas, quanto para as negras, diminuiu simultaneamente a proporção das que tinham carteira e das que não tinham. Ao longo do período analisado, as negras foram as que mais perderam o vínculo formal no trabalho doméstico.

A proporção de trabalhadores vulneráveis na região metropolitana de Porto Alegre é expressiva. Em 2006<sup>9</sup>, 37% dos negros e 28% dos brancos estavam nessa situação. As mais vulneráveis são as

---

<sup>9</sup> Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE.

Inclui: os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não-remunerados e os empregados domésticos.

O dado refere-se ao período de agosto de 2005 a julho de 2006.



mulheres, principalmente as negras, pois havia uma proporção de 48%, contra 32% das brancas, ou seja, há uma diferença de 16 pontos percentuais.

A distribuição percentual dos ocupados<sup>10</sup> nos grupos de ocupação mostra que os brancos, apesar de continuarem predominando no grupo de execução, estão cada vez mais presentes no grupo de direção e planejamento, após vêm as atividades de apoio e por fim as atividades mal-definidas. No grupo de direção e planejamento a diferença atual (no ano de 2005) na proporção entre brancos e negros é de 10,4 pontos percentuais, o que representa mais que o dobro. O que torna o dado ainda mais surpreendente é que a proporção de negros que em 1993 era de 4,2%, e em 2005 é de 7,2%. Assim, a proporção aumentou 71%, reduzindo um pouco a desigualdade, pois em 1993 havia mais que o triplo de brancos nesse grupo. Tanto os homens quanto as mulheres negras conseguem maior inserção nesse grupo nas atividades de planejamento e organização. No grupo de execução, percebe-se que foram os negros que perderam mais postos de trabalho. Enquanto a redução entre os brancos foi de (-8%) a dos negros foi de (-17%) e atingiu, principalmente, os homens (-16%). O percentual de homens negros no subgrupo não-qualificado (trabalho braçal) reduziu-se em 35%, mas isso não deve ser visto necessariamente como indicador de uma melhoria, uma vez que a proporção no subgrupo serviços gerais aumenta (68%). Assim, houve um contingente considerável de homens negros que se deslocou para grupos ocupacionais ainda menos qualificados. É preciso mencionar que esse mesmo processo ocorreu com os homens brancos, mas a diminuição no subgrupo não-qualificado foi menor (-26%) e o aumento nos serviços gerais também (54%).

Quanto às mulheres, pode-se constatar que negras e brancas mantiveram o mesmo padrão de distribuição nos grupos ocupacionais. As negras predominam nas ocupações mal-definidas (inclui trabalho doméstico) e em seguida no grupo de execução; já as brancas encontram-se em maior número nas atividades de execução e, em segundo lugar, nas atividades mal-definidas. Apesar da proporção de mulheres brancas nas atividades de execução continuar sendo maior que a das mulheres negras, foram elas (as brancas) que tiveram maior redução (-12%, contra -10%). Por outro lado, há um aumento de 57% na proporção das mulheres brancas nos serviços de escritório. Nas atividades mal-definidas, a diferença no percentual de brancas e negras que era de 17 pontos, caiu para 15,5. O que mais uma vez nos leva a hipótese de que mesmo no serviço doméstico há uma maior preferência pela trabalhadora branca. Tal afirmação pode ser reforçada ainda pela constatação

---

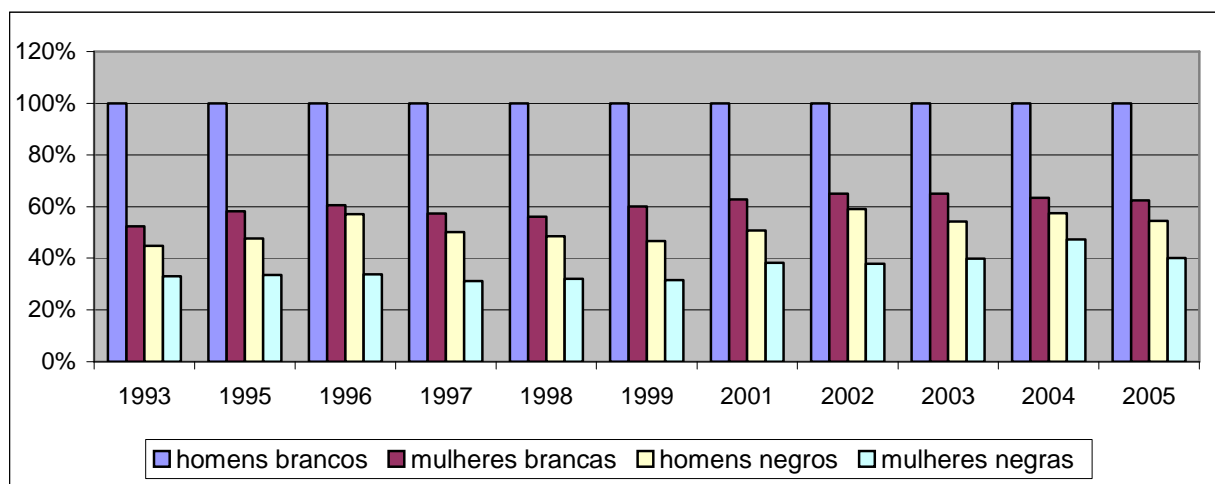
<sup>10</sup> Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993 a 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/09/2008.

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000. Elaboração do autor: procurou-se adaptar as definições àquelas adotadas na PED-DIEESE.

de que o percentual de negras nesse setor teve uma ligeira queda, movimento contrário ao das brancas.

Finalmente, em relação ao rendimento médio dos ocupados pode-se afirmar que foram os negros, principalmente as mulheres, que tiveram maior acréscimo no período (1995 a 2005), tendo uma elevação de 137% contra 108% dos brancos. Não se pode diagnosticar uma tendência contínua, pois entre 1993 e 1996 as diferenças entre os grupos raciais diminuíram, mas entre 1997 e 1999 ampliaram-se as desigualdades entre os homens negros e os homens brancos. A partir de 2001 houve momentos de ampliação e de redução da desigualdade entre os homens. Já as mulheres negras ou o quadro se manteve estável ou houve redução, com exceção do ano de 2005 em que a diferença ampliou-se como podemos observar no gráfico 5.

Gráfico 5 – Índice do rendimento médio dos ocupados, segundo sexo e raça, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1993 – 2005.



Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993 a 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/09/2008.

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

Nota(1): Utilizou-se como base o rendimento médio dos homens brancos. Elaboração do autor.

Pode-se perceber que em 2005, o rendimento médio do homem negro correspondia a 55% do rendimento do homem branco e as mulheres negras recebiam ainda menos, apenas 40%. A explicação não está somente nas diferenças existentes no modo de inserção. Mesmo considerando negros e brancos que estão no mesmo grupo ocupacional, as desigualdades persistem. Em 2005, no grupo de direção e planejamento o rendimento médio dos negros equivalia a 56% do rendimento dos brancos, no grupo de execução correspondia a 77%, no grupo de apoio 82% e nas atividades mal-definidas 88%. Nota-se que é nos grupos mais valorizados que as desigualdades são mais expressivas. Analisando-se os anos de estudos temos

praticamente o mesmo quadro. Em 2005, comparando-se os negros com ensino superior percebe-se que eles ganham 56% do salário dos brancos, já os sem instrução ou com menos de um ano recebem 95% do salário do branco. O único caso em que o negro ganha mais que o branco é quando ele exerce o trabalho braçal. Nessas atividades um trabalhador branco recebe o equivalente a 84% do rendimento de um trabalhador negro.

## 5. Considerações finais

Ao analisar a inserção do negro no mercado de trabalho logo após a Abolição, Fernandes (1972) demonstrou que essa possibilidade era bastante restrita. Com o desenvolvimento da industrialização, a partir da década de 30, o trabalhador imigrante deixa de formar o núcleo da classe trabalhadora nesse ramo, surgindo oportunidades para os trabalhadores nacionais, segundo Hasenbalg (1992). Porém, esses autores constataram que apesar do negro conseguir ingressar no mercado de trabalho havia uma grande disparidade entre sua situação e àquela do trabalhador branco e o racismo permanecia nessa esfera social. Telles (2003) constatou que quanto maior a industrialização (ou o desenvolvimento do mercado de trabalho), menores serão os níveis gerais de desigualdade racial, sobretudo na base da estrutura ocupacional, mas, segundo ele, aproximadamente metade da diferença da desigualdade encontrada nas regiões metropolitanas brasileiras pode ser atribuída a diferenças na desigualdade educacional. Em outra ocasião (2005), demonstramos que as desigualdades que pré-existem ao momento em que se busca a inserção no trabalho, tais como origem social ou educação, são fatores relevantes para uma explicação adequada, mas não são suficientes. Mesmo considerando brancos e negros que estão exatamente na mesma posição de ocupação e possuem a mesma escolaridade, por exemplo, ainda é possível notar disparidades nos rendimentos. Logo, os indícios de discriminação racial não podem ser desprezados.

O momento atual do mercado de trabalho é paradigmático. Os dados demonstram indubitavelmente que a desestruturação do emprego, o aumento da informalidade e a maior inserção da mulher branca no mercado de trabalho estão tendo efeitos devastadores para a população negra. Observa-se simultaneamente o aumento do desemprego da população negra, a elevação do tempo de procura por trabalho e o crescimento das disparidades desse indicador, considerando-se os dois grupos raciais. O deslocamento da população para o setor de serviços também é outro fator que demonstra a desigualdade, pois negros tendem a se refugiar nos ramos menos qualificados. É preciso mencionar que a disputa por vagas em qualquer segmento do mercado de trabalho é mais vantajosa para o trabalhador branco. Por exemplo, com a crise da indústria foram os negros os maiores prejudicados, com a diminuição das atividades não-qualificadas do grupo de execução novamente os negros perderam mais que os brancos e, no serviço doméstico, chama a atenção o fato das mulheres negras perderem na competição para as mulheres brancas. Assim, nas atividades e ocupações mais modestas o negro é preterido. Por outro lado, se analisarmos o topo da estrutura veremos que os negros estão conseguindo melhorar substancialmente sua inserção. Se a diferença no percentual de ocupados tem

diminuído, amplia-se a utilização de um outro mecanismo: a discriminação salarial. A medida em que os negros passam a ocupar posições mais qualificadas e aumentam sua escolaridade, maior é a disparidade de renda entre eles e a população branca.

Em síntese, pode-se afirmar que o trabalhador negro obteve algumas melhorias na sua forma de inserção e participação no mercado de trabalho, porém, em relação às desigualdades, a situação permaneceu quase inalterada.

## 6. Bibliografia:

1. AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** – Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed. 34, 1999.
2. CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. I – A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
3. FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.
4. HASENBALG, Carlos A. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. In: SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed. IUPERJ, 1992, pp. 101-118.
5. MATTOSO, Jorge Eduardo L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: COMIN, Álvaro Augusto *et al.* **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. Campinas: Cesis/Unicamp, 1994. P. 521 – 562.
6. \_\_\_\_\_ .**O Brasil desempregado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
7. MELLO, Luciana Garcia de. **A discriminação racial em números e palavras – Um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
8. POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
9. \_\_\_\_\_. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
10. RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.
11. SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, ANTÔNIO SÉRGIO & HUNTLEY, LYNN (orgs.) **Tirando a Máscara - Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
12. TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.
13. TONI, Miriam de. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho – um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007.